



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART DIEGO ROCHA MIRANDA

**A CRIAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE RECRUTAS E SEUS
REFLEXOS PARA O ESTADO DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE E
PARA O SERVIÇO MILITAR**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART DIEGO ROCHA MIRANDA

**A CRIAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE RECRUTAS E SEUS
REFLEXOS PARA O ESTADO DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE E
PARA O SERVIÇO MILITAR**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
Doutrina.

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMii
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Art DIEGO ROCHA MIRANDA**

Título: **A CRIAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE RECRUTAS E SEUS REFLEXOS PARA O ESTADO DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE E PARA O SERVIÇO MILITAR**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Doutrina, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____/_____/_____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
RENATO MACEDO BIONE DA SILVA - Maj Cmt Curso e Presidente da Comissão	
CARLOS EDUARDO DA SILVA LOURENÇO - Maj 1º Membro	
BRUNO COELHO PEREIRA - Cap 2º Membro e Orientador	

DIEGO ROCHA MIRANDA – Cap
Aluno

A CRIAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE RECRUTAS E SEUS REFLEXOS PARA O ESTADO DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE E PARA O SERVIÇO MILITAR

Diego Rocha Miranda*
Bruno Coelho Pereira**

RESUMO

O Exército Brasileiro incorpora anualmente milhares de recrutas, que são formados nos diversos quartéis do Brasil de forma descentralizada, e cumprem o período de Serviço Militar Obrigatório por um ano. Esses militares completam os quadros das Organizações Militares (OM), constituindo grande parcela do efetivo previsto. Os encargos de formação e administração da instrução são replicados de forma repetida em todos os quartéis, fazendo com que estes revezem seus esforços entre formar seus soldados inexperientes e manter o preparo e adestramento do seu Efetivo Profissional, além das obrigações atinentes a toda OM. Aliado a esse contexto, percebe-se que as Forças Armadas estão cada vez mais sendo chamadas para atuar em operações reais, como na Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e nas greves das Polícias Militares, evidenciando a necessidade de prontidão permanente. O presente trabalho visou investigar se a dissociação entre formação e adestramento em quartéis de especialidades distintas pode trazer consequências positivas diante do quadro apresentado. Os resultados obtidos indicam que o estabelecimento de Centros de Formação de Recrutas pode aumentar o grau de prontidão da Força Terrestre e o nível de formação dos soldados. Essa foi também a opinião majoritária dos militares participantes dos instrumentos de pesquisa, e tanto as experiências similares realizadas nesse sentido, como outros modelos de formação de militares já adotados no Exército conduzem à conclusão apresentada de modo similar.

Palavras-chave: Centro de Formação de Recrutas. Instrução Militar. Prontidão. Adestramento. Operação

ABSTRACT

The Brazilian Army annually incorporates thousands of recruits, who are trained in the various barracks in Brazil in a decentralized manner, and fulfill the mandatory military service period for one year. These soldiers complete the ranks of the Brazilian Military Organizations (OM), constituting a large portion of all the staff. The charges for training and administering the instruction are replicated repeatedly in all barracks, what makes them divide their efforts between training their inexperienced soldiers and maintaining the preparation and training of their Professional Staff, in addition to the common obligations of all Organizations. Allied to this context, it is clear that the Armed Forces are increasingly being called upon to act in real operations, such as in Federal Intervention in the State of Rio de Janeiro and in strikes by the Military Policies, highlighting the need for permanent readiness. The present work aimed to investigate whether the dissociation between training and training in barracks of different specialties can bring positive consequences in view of the presented picture. The results obtained indicate that the creation of Recruitment Training Centers can improve, the readiness of the Army and the level of training of soldiers. This was also the majority opinion of the military personnel participating in the research. Similar experiences carried out in this regard, as well as other military training models already adopted in the Army, also lead to the conclusion presented.

Keywords: Recruit Training Center. Military Training. Readiness. Operation..

* Capitão da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2011. Especialista em Ciências Militares pela Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) em 2015, e pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2020.

** Capitão da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2017.

1 INTRODUÇÃO

A doutrina militar evidenciou, ao longo da história das guerras, a importância do preparo e do adestramento dos homens para o combate. Tal preparo, naturalmente, não pode ser obtido após o início de uma situação de conflito. Não se formam combatentes eficazes do dia para a noite; é durante os tempos de paz, no cotidiano da tropa, que esta adquire o que se precisa para vencer durante os tempos de guerra e de crise.

No objetivo de preparar seus militares para o cumprimento de suas missões constitucionais, o Exército Brasileiro, por meio do Comando de Operações Terrestres (COTER), órgão responsável por orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, instituiu o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB). Esse sistema, como o seu documento esclarece, “é voltado para o adestramento da Força Terrestre como instrumento de combate, para a formação das praças temporárias e para a adaptação de técnicos civis à vida militar” (BRASIL, 2019, p. 2-2), regulando todas as atividades relativas à instrução militar nos corpos de tropa do Exército.

Anualmente, as Forças Armadas incorporam milhares de conscritos às suas fileiras, jovens de recém-completos 18 e 19 anos que se submetem ao Serviço Militar Obrigatório (SMO) por aproximadamente um ano, quando podem ser desligados da caserna tornando-se reservistas das Forças Armadas, ou permanecer no serviço ativo, obtendo o seu engajamento e passando ao Efetivo Profissional (EP) das Organizações Militares (OM). No caso do Exército Brasileiro, esse grande contingente de soldados inexperientes recém-incorporados ocupa efetivo bastante considerável dos cargos das OM, a qual despende parte importante de seu tempo e seus recursos para formá-los, de forma descentralizada em todos os quartéis, sob as diretrizes do SIMEB. Esse pessoal constitui o Efetivo Variável (EV) e é imprescindível para as atividades orgânicas das OM, sobretudo para atingir o grau de operacionalidade que se espera das OM operacionais.

Desta forma, as Unidades do Exército Brasileiro anualmente revezam seus esforços entre, além de suas inúmeras atribuições, formar seus soldados mais jovens, e adestrar ou manter o adestramento de suas frações de emprego. Cabe ressaltar que o EV, composto pelos soldados recém-incorporados, completa sua

formação ao final do ano de instrução, só vindo a adquirir condições de efetivamente integrar uma fração de combate ao final deste período.

Fruto desse quadro exposto, pretende-se com este estudo investigar se a centralização da instrução militar, por meio de Centros de Formação de Recrutas, dissociando a formação e o adestramento em OM distintas, traria consequências positivas para a formação desses militares e para a instrução nos quartéis de forma geral, contribuindo para o aperfeiçoamento do estado de prontidão da Força Terrestre.

1.1 PROBLEMA

Conforme brevemente explanado na introdução, pode-se observar, de antemão, que a formação de recrutas no Exército Brasileiro é realizada, via de regra, de forma descentralizada em cada quartel. Para esta atividade, conseqüentemente, há dispêndio de parte do tempo, recursos e militares à disposição das OM, as quais têm a incumbência da formação completa desses combatentes a partir de jovens civis sem experiência militar alguma.

Ao mesmo tempo, as OM, particularmente as operacionais, devem manter seu EP permanentemente preparado para ser empregado. Posto que a atividade-fim de uma OM do corpo de tropa é o emprego em Operações de Guerra e de Não-guerra, dentro de suas funções de combate específicas, deixar o preparo do EP em segundo plano é negligenciar a principal razão de existência do Exército.

Ademais, não se pode esquecer os naturais encargos administrativos e outras atribuições comuns à rotina de cada guarnição, afazeres que, apesar de também importantes, são mais fatores que consomem dos recursos humanos e orçamentários disponíveis.

É justamente no intuito de refletir a respeito dos pontos levantados e suas consequências que a problemática deste trabalho emerge:

A atual organização da instrução militar nas OM do Exército Brasileiro, com relação à sua descentralização, principalmente no corpo de tropa, propicia as melhores condições para a formação dos recrutas e o adestramento das frações, possibilitando o estado de prontidão almejado?

1.2 OBJETIVOS

A fim de buscar respostas para o problema ora formulado, foi estabelecido o

seguinte objetivo geral para este trabalho: verificar se a criação de Centros de Formação de Recrutas poderia contribuir de forma vantajosa para a formação de recrutas e para o aperfeiçoamento do estado de prontidão da Força Terrestre.

Para possibilitar chegar ao objetivo geral estabelecido, é preciso formular objetivos específicos, enquadrados dentro do encadeamento lógico a seguir estruturado:

- 1) Descrever a organização da instrução militar nas OM do Exército Brasileiro, dentro do contexto do SIMEB;
- 2) Traçar um quadro geral da situação de prontidão das OM operacionais do Exército Brasileiro, quanto a existência de efetivo profissional em comparação ao efetivo variável;
- 3) Identificar experiências similares na centralização da instrução militar básica de soldados;
- 4) Analisar as vantagens e desvantagens da centralização da instrução em Centros de Formação de Recrutas, para o Serviço Militar e para o estado de prontidão da Força Terrestre, em comparação ao modelo atual de organização da instrução militar.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Apesar de ausente de grandes conflitos bélicos desde a Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem testemunhado, nas últimas décadas, uma escalada notória no emprego de tropas das Forças Armadas nas mais variadas missões. O Exército Brasileiro vem sendo requisitado a atuar, num relativamente curto intervalo de tempo, em diversas situações, entre as quais se destacam:

- as operações de segurança nos Grandes Eventos, da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, de grande vulto internacional;
- as missões de paz em que o Brasil está inserido, com destaque para a MINUSTAH, a Missão da ONU para Estabilização do Haiti, que durou de 2004 a 2017, operação em que o Brasil tomou a liderança das forças militares;
- o emprego em greves de Polícias Militares, como no Espírito Santo, em 2017, e no Ceará em 2020;

- as Operações de Pacificação nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, e a Intervenção Federal na segurança do Rio de Janeiro em 2018; e
- as operações de apoio à Defesa Civil em enchentes e desastres, com frequência quase anual; entre outras operações de relevância.

Percebe-se que as lideranças políticas e a própria sociedade depositam no Exército grande confiança na resolução dos problemas de alta complexidade e nos momentos de necessidade. Estar pronto para elas é uma obrigação da qual as Forças Armadas não podem fugir, sob risco de graves consequências sociais e de segurança nacional.

O atual cenário de incertezas, certa instabilidade e tensão social, inserido no contexto dos conflitos de amplo espectro, suscitam rápidas e eficientes respostas às ameaças que porventura surjam, seja no campo da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), seja no apoio à defesa civil em calamidades e desastres naturais. Não obstante, a hipótese de um conflito convencional entre Estados jamais pode ser descartada; a guerra, de fato, sempre foi uma constante na história das civilizações, e menosprezá-la pode ser um erro fatal, como o foi em tantas oportunidades. Tudo isso reflete que, mesmo na realidade brasileira, a necessidade de tropas militares adestradas e em constante treinamento, prontas para intervir diante do acionamento, se faz bastante atual.

Acrescenta-se a esses fatores a rotina de restrições orçamentárias a que as Forças Armadas Brasileiras se acostumaram a enfrentar ao longo dos anos, o que prejudica não só o acompanhamento das evoluções tecnológicas nos Materiais de Emprego Militar por parte de suas tropas, mas também a condução das instruções e treinamentos necessários para manter o estado de prontidão. No contexto de um país em desenvolvimento, refém de recorrentes crises econômicas, de população majoritariamente pobre e com tantas necessidades de investimentos sociais, tais restrições podem ser inevitáveis.

Entretanto, apesar de ser um quadro longe do ideal, jamais pode ser transformado em desculpa para deficiências no preparo das Forças Armadas. Pelo contrário, é motivo a mais para se investir em eficiência, buscar soluções criativas e evoluir, baseando-se nas experiências positivas de outras Forças e de Nações Amigas. Portanto, a otimização da utilização dos recursos públicos é imperativa para

se atingir o grau necessário de capacidade operativa na realidade de um país como o Brasil.

Portanto, o presente trabalho busca elucidar essas questões apontadas, primordiais para a realidade atual do Exército, por meio da hipótese da criação de Centros de Formação de Recrutas. É necessário tentar elevar ao mais alto grau a formação dos soldados, cuja capacidade e valores são a base que sustenta o Exército Brasileiro. E o sucesso ou o fracasso da sua missão depende da excelência na formação.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos estabelecidos anteriormente, este trabalho utilizou como ferramentas para subsidiar a obtenção de dados e informações relevantes a leitura analítica e o fichamento das fontes, assim como o uso de questionários ministrados a militares, e, por fim, argumentação e discussão dos resultados obtidos.

O estudo foi considerado de natureza aplicada, pois teve como objetivo a produção de conhecimento dirigido para a solução dos problemas aqui levantados, de aplicação prática.

Quanto à forma de abordagem, este trabalho utilizou majoritariamente a modalidade qualitativa, considerando-se os relevantes fatores subjetivos, sociais e por vezes políticos que o tema impõe, apesar de também apoiar-se em alguns métodos quantitativos, como forma de subsídio à investigação pretendida.

Com relação ao objetivo geral, a modalidade exploratória foi a abordada, devido ao pouco material já produzido especificamente sobre o assunto, o que demandou pesquisa bibliográfica sobre o tema, seguida da realização de questionários para uma amostra de militares com relevante vivência profissional no âmbito da instrução militar.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Em um primeiro momento, buscou-se delinear a pesquisa a partir de conceitos, referências e termos relativos ao tema, a fim de se realizar uma revisão da literatura já produzida, dentro e fora do país. Não se buscou delimitação temporal para este trabalho, tendo em vista a percepção da importância do assunto preparo e

instrução militar, presente em diversas épocas da história militar.

Foram utilizadas as palavras-chave instrução, preparo, formação, recruta, soldado, reservista, centro de formação, centro de instrução, conscrição, serviço militar, e similares, juntamente com seus correlatos em inglês, na base de dados da Biblioteca Digital do Exército, Pergamum, Scielo, sítios de busca na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), selecionando-se os artigos e fontes que contribuíssem de maneira significativa para o tema.

Os tópicos abordados pela pesquisa bibliográfica pretenderam envolver: a regulamentação que abarca do tema da organização do EB e da instrução militar, entre manuais e publicações oficiais, nos diferentes níveis políticos, estratégicos e táticos; o modelo de conscrição e de instrução praticado pelo EB e em outras forças armadas do Brasil e do Mundo; dados médios a respeito dos quantitativos planejados de militares do EV e do EP nas OM do EB; e experiências de Núcleo de Formação de Soldados ou modelos similares já praticados no Brasil.

a. Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português, espanhol ou inglês, relacionados à temática da instrução militar básica de soldados, modelos de organização e de conscrição; e

- Publicações oficiais brasileiras que normatizam o tema.

b. Critérios de exclusão:

- Estudos que tratam das vantagens e desvantagens do serviço militar voluntário; e

- Estudos cujo foco central seja relacionado à formação de oficiais.

2.2 COLETA DE DADOS

Após realizada a inserção teórica sobre o assunto, o presente trabalho buscou realizar a coleta de dados, na tentativa de subsidiar as conclusões parciais da pesquisa, por meio de execução de questionários com militares com vivência profissional no assunto.

2.2.1 Questionário

O universo selecionado para a realização do questionário envolveu oficiais de

carreira, oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras, que exerceram a função de instrutor ou que participaram da organização do sistema de instrução de suas OM, operacionais ou não, do Exército Brasileiro. Essa seleção deve-se à formação mais completa e experiência profissional no assunto mais acentuada que esses oficiais normalmente apresentam. Também buscou-se selecionar os militares que já trabalham com a instrução especificamente de cabos e soldados, tanto do EP como do EV, que são o foco do presente estudo.

Dentro desse universo, buscou-se atingir a maior quantidade de voluntários possível, de forma a substanciar da melhor forma a análise dos dados obtidos com o questionário, bem como num universo de plural de OM, de forma a minimizar possíveis interferências de características muito peculiares de certas OM que fugissem demais ao padrão da instrução.

A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma eletrônica e indireta, por intermédio de formulário on-line enviado para os militares por e-mail e mensagem eletrônica, no sentido de facilitar a amplitude de divulgação da pesquisa e sua realização.

A partir desses parâmetros estabelecidos, atingiu-se o número de 61 respostas obtidas, considerado suficiente para subsidiar algumas conclusões deste trabalho mais à frente detalhadas, tendo em vista a especialização e a amplitude da amostra: 59 (96,7%) dos militares selecionados já participaram da instrução de cabos e soldados em OM do Corpo de Tropa, um participou da instrução em OM não-operacional, e apenas um nunca participou da instrução. Da amostra, 23 (37,7%) militares já exerceram o cargo de Oficial de Operações (S-3) de OM, 42 (68,9%) já exerceram o cargo de Comandante de Subunidade, e 55 (90,2%) já foram instrutor ou coordenador de Curso de Formação de Soldados ou de Curso de Formação de Cabos.

Foi realizado um pré-teste com sete capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que atendiam aos pré-requisitos estabelecidos previamente, com o intuito de apurar falhas de compreensão ou de execução no instrumento. Ao final do teste, não foram identificados erros que justificassem alterações, o que possibilitou o prosseguimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de atingir os objetivos de pesquisa propostos neste trabalho, convém analisar com mais detalhes toda a estrutura, dentro do EB, que organiza e promove a capacitação de seus recursos humanos.

3.1 A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO MILITAR E SEUS REFLEXOS

O COTER, Órgão de Direção Operacional do Exército, é responsável por conduzir e operacionalizar o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT). Esse sistema, tendo em vista o Projeto de Transformação da Força Terrestre, vem sendo aperfeiçoado para modernizar, “de acordo com as novas tecnologias, as capacidades de comando e controle, de informações operacionais, de preparo e de emprego com o objetivo de proporcionar tropas para pronto emprego em todos os C Mil A” (BRASIL, 2018, p. 2-1).

O SISOMT é sustentado pelo Sistema de Preparo (SISPREPARO), Sistema de Emprego (SISEMP), Sistema de Prontidão (SISPRON) e o Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER). Esses sistemas são interdependentes entre si, pois não há como dissociar o emprego eficaz de uma tropa, do seu correto preparo e do seu grau prontidão (BRASIL, 2018, p. 2-2). Portanto, quando fala-se em instrução militar, fala-se em preparo; o preparo obviamente não é um fim em si mesmo, está diretamente ligado à prontidão da tropa, e ambas em conjunto, preparo e prontidão, visam ao emprego da tropa dentro das hipóteses de emprego vislumbradas pela Força Terrestre (F Ter).

O Ensino Profissional no EB é fundamentado em dois sistemas interrelacionados: o Sistema de Ensino Militar, voltado principalmente para a formação e capacitação dos militares de carreira e coordenado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), e o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro, o SIMEB, focado no efetivo temporário da Força, e alvo do presente estudo. Como estabelecido no SIMEB 2019:

O ensino profissional é, portanto, conduzido em duas estruturas com características fundamentalmente diferentes. De um lado, uma estrutura especializada em ensino, que prepara os quadros (permanente e da reserva), dotada de apoio técnico, com capacidade de fixação de experiência e, conseqüentemente, com flexibilidade para absorver novas técnicas e para modernizar métodos e processos. De outro lado, uma estrutura não especializada que, além de preparar o pessoal temporário,

deve também participar da preparação da própria F Ter. Caracteriza-se, portanto, uma estrutura voltada para operações militares. (BRASIL, 2018, p. 2-2)

Percebe-se, do exposto, que o SIMEB conjuga em seu funcionamento a condução do preparo do pessoal temporário, e a preparação e adestramento da F Ter. O sistema é orientado desde sua concepção para direcionar a formação para o emprego e para as realidades específicas das OM em que é conduzida a instrução. Não é, como mencionado, uma estrutura de especialização técnica em formar seus militares, e sim muito mais focado na inserção rápida dos militares na atividade que deverão estar em condições de exercer dentro de suas frações nos corpos de tropa.

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2018) firmou o entendimento de modelo de recrutamento do SMO, instituído desde o início do século XX, como o ideal a ser utilizado e aperfeiçoado pelas Forças Armadas, o que impõe peculiaridades importantes ao sistema de instrução militar do EB. No SMO, cresce de importância a formação do reservista, cidadão que deve estar em condições de ser mobilizado em caso de necessidade. Esse modelo de recrutamento influenciou a organização da formação militar de recrutas no EB, dando ênfase à formação de uma grande reserva mobilizável, e não à constituição de grandes contingentes de militares profissionais. Anualmente, as OM do corpo de tropa devem formar grande parte do seu efetivo de soldados a partir do básico, os quais retornarão como reservistas para a vida civil ao término do tempo de serviço militar. O SIMEB é moldado para se adaptar a esse modelo de recrutamento.

A instrução militar pode ser desdobrada em duas etapas distintas: a instrução individual e o adestramento. A instrução individual destina-se a formar o militar e capacitá-lo a integrar as diversas frações de uma OM. É, portanto, fundamental, tanto para a OM manter seus quadros qualificados, como para formar seu pessoal temporário. A instrução individual é dividida em: Instrução Individual Básica (IIB), que “visa preparar o combatente básico, isto é, o soldado ambientado e habilitado para iniciar a instrução de qualificação militar ou preparar o reservista de segunda categoria” (BRASIL, 2018, p. 2-11), e Instrução Individual de Qualificação (IIQ), que tem como finalidade “preparar o combatente mobilizável, isto é, o cabo e soldado aptos a ocupar na OM cargos que lhes correspondem ou preparar o reservista de primeira categoria” (BRASIL, 2018, p. 2-11). A IIB, portanto, constrói o alicerce da

formação e transforma o conscrito em um soldado básico do EV, enquanto a IIQ forma o soldado dentro de sua designada Qualificação Militar (QM), especializando-o para efetivamente integrar as diversas frações de uma OM.

O adestramento, por sua vez, é a parte da instrução militar que visa à adequação do militar ao emprego coletivo dentro seu respectivo grupamento, com seus materiais e armamentos de dotação, e das frações de combate conforme suas destinações específicas. É a parte final da instrução militar e primordial para capacitar a tropa para o cumprimento de suas missões, confirmando se está ou não em condições de combate. O adestramento é, como o próprio SIMEB afirma, a parte mais importante do Ano de Instrução da OM.

Em resumo, a capacitação dos homens e mulheres dentro do contexto de uma OM do corpo de tropa pode ser resumida nessas duas principais atividades, pelas quais todos os militares, de carreira e temporários, devem se submeter. E, segundo o SIMEB 2019, é exatamente nesses dois grandes períodos que o Ano de Instrução da OM deve ser dividido, com suas respectivas subdivisões:

- a) Período da Instrução Individual:
 - 1. Fase Básica (Instrução Individual Básica - IIB) – fase em que se realiza a preparação do Combatente Básico;
 - 2. Fase de Qualificação (Instrução Individual de Qualificação – IIQ) – fase em que se forma o Combatente Mobilizável, apto a integrar uma fração;
- b) Período de Adestramento:
 - 1. Fase de Adestramento Básico – adestramento nos níveis pelotões, subunidades e unidades (três subfases); e
 - 2. Fase de Adestramento Avançado – adestramento nos níveis grandes unidades e grandes comandos.

Em paralelo à formação do soldado do EV, que está dando seus primeiros passos na vida militar, as OM devem também conduzir a instrução militar de seus quadros permanentes, militares já formados e inseridos em suas funções e qualificações. Essa instrução, a Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP), é muito importante para a manutenção e o aprimoramento dos padrões de conhecimento e desempenho, possibilitando que o pessoal do EP permaneça ao

longo do tempo efetivamente treinado e constantemente atualizado com relação a novas exigências. Essa atividade deve ser desenvolvida ao longo de todo o ano, começando desde antes do início efetivo do Ano de Instrução da OM, quando se dá a preparação intelectual e física dos militares do EP para o reinício das instruções, e prossegue até o começo do adestramento. O SIMEB afirma que a CTTEP é a instrução militar prioritária, “cabendo ao Cmt OM programar as instruções de modo a aprimorar e manter os padrões do EP e, concomitantemente, formar o recruta da OM” (BRASIL, p. 5-12).

Na atual formatação do Ano de Instrução, ressalta-se que o Comandos Militares de Área (C Mil A) tem autonomia para customizar o ano de acordo com suas necessidades e particularidades. Mas, de modo geral, em uma OM operacional que forma uma turma de soldados por ano, o SIMEB sugere o período da primeira à nona Semana de Instrução para a Instrução Básica do EV, mais duas semanas de recuperação de instruções e padrões não alcançados, totalizando onze semanas. São quase três meses dedicados a essa atividade, em que a OM foca seus esforços a essa etapa fundamental da formação de seus soldados.

Segue-se a Instrução de Qualificação, que se desenvolve da 12^a à 27^a Semana de Instrução por sugestão. A capacitação em Garantia da Lei e da Ordem (GLO) também pode ser realizada no início do período, culminando na realização do Período de Adestramento Básico em GLO (PAB GLO). A instrução individual dos novos soldados somente termina ao final dessa fase, quando esses se tornam formalmente habilitados dentro de uma Qualificação Militar e estão em condições de integrar os pelotões e seções da OM. São, portanto, 27 semanas de instrução individual ao todo, cerca de seis meses, para só então os novos soldados poderem iniciar o adestramento junto às suas frações.

As instruções do adestramento são a última fase do Ano de Instrução e têm previsão de ocorrerem até por volta da 40^a Semana, quando entra o mês de dezembro. Dessa forma, restam em torno de três meses para essa atividade. Exercícios de adestramento, desde treinamentos no nível de pequenas frações até operações nível Grandes Unidades e Grandes Comandos, são geralmente condensados nessa época do ano e executados.

Da análise do quadro geral exposto, constata-se que as OM devem dividir

suas atenções entre a formação do soldado e a capacitação de seus quadros profissionais durante grande parte do ano, o intervalo relativo ao Período da Instrução Individual, por cerca de seis meses, além da gama de missões e responsabilidades que devem desempenhar. Apenas ao final do ano, pelo período de três meses, a OM ocupa-se de fato com o adestramento da tropa, de acordo com o período recomendado pelo SIMEB. Uma possível consequência dessa situação é as OM acabarem deixando em segundo plano as importantes instruções do EP para dar foco à formação do EV. Essa hipótese é reforçada pela carga administrativa de trabalho que as OM têm de cumprir, o que exige o empenho de grande parcela do EP. Entre as responsabilidades normais de suas funções, encargos administrativos, e ainda a instrução de formação do EV, que é o principal recurso humano de uma OM em quantidade, não é difícil deduzir que a CTTEP pode acabar ficando em segundo plano.

Por outro lado, num cenário em que as OM têm importantes missões de emprego real, como têm ocorrido nos últimos anos, ou outras imposições do seu escalão superior enquadrante, o contrário também pode acontecer, dando-se foco às instruções da CTTEP e ao adestramento “fora de época”, em virtude de uma necessidade iminente de estar com a tropa preparada para a missão. Assim, a formação do EV ficaria em segundo plano. De qualquer forma, nenhuma das situações apresentadas parecem ideais, e alguma parte da preparação da tropa estaria prejudicada. Mesmo num possível cenário em que uma OM se empenhasse em focar igualmente as duas atividades, CTTEP e formação do EV, os benefícios que se poderiam obter ao se priorizar uma delas não seriam possíveis.

Esse assunto foi fruto de questionamento realizado à amostra de militares selecionados para responderem a instrumento deste trabalho. Perguntou-se aos militares se consideram que o adestramento de sua fração/OM já ficou de alguma forma prejudicado ou incompleto, e quais os motivos que sustentam sua opinião, podendo responder mais de um motivo. O resultado é o que se segue:

Tabela 1 – Opinião da amostra acerca dos motivos que prejudicaram o adestramento de sua fração/OM

Respostas	Amostra	
	Valor absoluto	Percentual
Sim, acredito que a inexperiência dos soldados do EV prejudicou o adestramento de minha fração/OM.	19	31,1%
Sim, acredito que o curto período de Adestramento prejudicou o adestramento de minha fração/OM.	17	27,9%
Sim, acredito que a falta de priorização do adestramento em detrimento da formação de Soldados prejudicou o adestramento de minha fração/OM.	44	72,1%
Acredito que a não priorização do adestramento em função de missões secundárias da OM (serviço, formatura do Esc Sp, Mnt das instalações), prejudicou a formações de cabos e soldados de minha OM.	1	1,6%
Não, não acredito que o adestramento ficou prejudicado/ incompleto de forma alguma por causa desses fatores.	9	14,8%

Fonte: o autor

A opinião da amostra, de forma geral, é de que, em suas frações ou OM, o adestramento da tropa já ficou prejudicado por não ser priorizado em função da instrução individual dos Soldados em formação (72,1%).

O item seguinte do questionário buscou medir a opinião da amostra a respeito do grau de adequação do período de instrução individual das OM aos seus cronogramas de atividades, diante do contexto de suas necessidades operacionais e dos diversos tipos de operações reais que o EB vem realizando. O resultado está na tabela a seguir:

Tabela 2 – Opinião da amostra acerca da adequação do Período da Instrução Individual dentro das necessidades de adestramento da OM

Respostas	Amostra	
	Valor absoluto	Percentual
Sim, considero bastante adequado.	4	6,6%
Sim, considero suficientemente adequado.	18	29,5%
Não, considero inadequado.	28	45,9%

Não, considero bastante inadequado.	10	16,4%
Acredito que outros fatores influenciem mais.	1	1,6%
TOTAL	61	100%

Fonte: o autor

A maior parte da amostra (62,3%) considera inadequado que as OM passem grande parte do Ano de Instrução com largo efetivo envolvido na instrução individual dos soldados, sejam instrutores ou instruendos, tendo em vista as outras necessidades.

Foi aberto espaço para escrituração de outras respostas, das quais se destacou a seguinte: “Sim, considero extremamente adequado, uma vez que, na minha opinião e de acordo com o que já presenciei, quanto melhor formado o Sd for na instrução individual, maior (*sic*) as chances desse militar ter um bom desempenho nas demais áreas”. A resposta acaba por refletir opinião sobre a necessidade de excelência na formação dos novos soldados, o que pode ter influenciado no resultado de parcela da amostra.

O que está atrelado a essa necessidade de bem formar o EV é dispender grande quantidade de recursos e de pessoal na instrução desse efetivo, pela maior parte do ano de instrução das OM. Isso significa dividir esforços, recursos e tempo, entre a manutenção dos padrões técnicos e de adestramento do EP, e a formação do EV, no contexto das OM operacionais, com efetivos curtos e recursos muitas vezes escassos. É difícil medir todo impacto que anualmente a formação do EV causa nas demais atividades das OM; contudo, sabe-se que ele constitui a maior parte do efetivo de Cb e Sd de parcela majoritária das OM (BRASIL, 2003). A tabela a seguir condensa a quantidade de OM operacionais e seus percentuais de Cb e Sd EP previstos:

Tabela 3 – OM operacionais do EB e seus percentuais de EP previstos

Grupo	Percentual de Cb	Percentual de Sd	Quantidade de OM
1	100	100	10
2	80	70	34

3	80	40	4
4	70	60	8
5	60	40	42
6	50	30	36

Fonte: SCHNEIDER, 2014, p. 38.

Desses dados, percebe-se que as OM passam a maior parte do ano com a parcela majoritária de seu efetivo de Cb e Sd em formação. Isso significa dizer que maior parte dos Cb/Sd das OM, todo o EV, são inexperientes e não concluíram a formação, não têm condições efetivas de serem empregados e de integrarem frações de combate. Isso só muda ao final do Ano de Instrução, quando se encerra a formação. Mas, ao final do ano, o EV já está próximo de ser desligado, e no início do ano seguinte entra uma nova turma de recrutas, recomeçando o ciclo.

Esse quadro acarreta prejuízo para os padrões de operacionalidade da tropa, diminuindo sua capacidade de pronta resposta. À exceção das poucas OM que mantêm 100% do seu efetivo de militares profissionais, todas as demais são afetadas, em maior ou menor grau, pela necessidade de se formar turmas de recrutas todos os anos.

É preciso se pensar em formas de adaptar o SMO e a instrução básica do soldado, sob resguardo do SIMEB, às atuais necessidades operacionais da Força Terrestre, diante das exigências modernas de militares mais bem instruídos, capazes de lidar com as evoluções tecnológicas do combate, e com um cenário de cada vez maior escrutínio da opinião pública sobre a legalidade e a efetividade das ações das tropas militares.

3.2 A CENTRALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE SOLDADOS

A proposta de investigação do presente trabalho é verificar se a centralização da formação dos soldados, dissociando a instrução de recrutas do adestramento da tropa, poderia ser uma boa alternativa para a melhoria da sua formação e para o aperfeiçoamento do estado de prontidão da Força Terrestre.

Centros ou Núcleos de Formação de Soldados (ou recrutas), seriam estruturas, atreladas a uma OM ou independentes, que teriam a missão de ministrar toda a instrução básica dos novos soldados. Uma vez que essas instruções são

basicamente as mesmas em todos os quartéis, sempre baseadas no Programa-padrão da Instrução Individual Básica (PPB), seria possível centralizar toda a formação de recrutas dos quartéis de uma Guarnição, ou de mais de uma Guarnição próxima uma da outra.

Esse tópico foi fruto do questionário deste trabalho. Perguntou-se aos militares da amostra se consideram que a separação da formação de soldados e do adestramento da tropa, com a criação de Núcleos ou Centros de Formação de Soldados, traria consequências positivas para o grau de operacionalidade das OM. O resultado está exposto na tabela a seguir:

Tabela 4 – Opinião da amostra sobre as consequências da separação entre a formação de soldados e o adestramento da tropa.

Respostas	Amostra	
	Valor absoluto	Percentual
Sim, considero que seria bastante positivo para o aumento no grau de operacionalidade das OM.	29	47,6%
Sim, considero que seria positivo para o aumento no grau de operacionalidade das OM.	24	39,3%
Não, não considero que seria positivo para aumentar o grau de operacionalidade das OM.	6	9,8%
Não, considero que seria bastante negativo para o grau de operacionalidade das OM.	2	3,3%
TOTAL	61	100%

Fonte: o autor

Verifica-se que 86,9% da amostra considera que a dissociação seria positiva ou bastante positiva para a operacionalidade das OM, um resultado bastante expressivo.

Essa mudança traria logo de início algumas consequências claras. A primeira seria com relação ao calendário: sem a fase de quase três meses da Instrução Individual Básica no cronograma das OM, abre-se a possibilidade para que outras instruções, seja a CTTEP ou mesmo exercícios de adestramento, sejam executadas nesse período. Mais tempo dedicado à capacitação dos seus quadros permanentes

significa maiores ganhos nos padrões de desempenho técnico e tático dos militares.

Os encargos de formação do EV podem ser amenizados sobre o EP da OM, o qual pode destinar mais atenção à sua função dentro das frações de emprego e a suas atribuições no quartel. Pode-se esperar uma especialização maior dos quadros na atividade-fim da OM, que é seu emprego em Operações Militares, seja dentro de suas funções de combate específicas, seja na execução de missões subsidiárias. E essa especialização, aliada a diminuição de encargos de instrução, pode ter reflexos inclusive na eficiência de processos administrativos dentro das subunidades e das seções administrativas da OM.

Dentro do contexto previamente abordado, de emprego reiterado das Forças Armadas em operações de GLO, missões de manutenção da paz, e missões humanitárias, fica clara a alta necessidade de prontidão das tropas para o emprego em qualquer tipo de operação. Esse nível de prontidão já é difícil de se obter diante da grande parcela de EV inexperientes que as OM possuem. É ainda mais improvável de se atingir sem dedicar tempo, pessoal e recursos especiais para esta finalidade, sem encarar a prontidão das frações operacionais como condição primordial da OM do corpo de tropa.

A respeito da instrução militar dos novos recrutas, sendo ministradas de forma centralizada nos Centros ou Núcleos de Formação, também esperam-se consequências para o nível de sua formação. Perguntou-se aos integrantes da amostra participante do questionário deste trabalho se consideram que a separação da formação de soldados e do adestramento da tropa, com a criação de Núcleos ou Centros de Formação de Soldados, traria consequências positivas para melhoria da instrução militar dos recrutas. Os resultados seguem na seguinte tabela:

Tabela 5 – Opinião da amostra sobre as consequências positivas da separação entre a formação de soldados e o nível da instrução militar.

Respostas	Amostra	
	Valor absoluto	Percentual
Sim, considero que seria bastante positivo para a melhoria da instrução militar e formação de soldados.	29	47,6%
Sim, considero que seria positivo para a melhoria da instrução militar e formação de soldados.	23	37,7%

Não, não considero que seria positivo para a melhoria da instrução militar e formação de soldados.	8	13,1%
Não, considero que seria bastante negativo para a instrução militar e formação de soldados.	1	1,6%
TOTAL	61	100%

Fonte: o autor

A opinião majoritária (85,3%), novamente, é de que a dissociação da formação dos recrutas dos quartéis do corpo de tropa pode ser positiva ou bastante positiva para o nível da instrução militar, especialmente dos novos soldados.

A instrução militar centralizada pode trazer ganhos de padronização da instrução e dos conhecimentos dos recrutas, tendo em vista que, atualmente, é ministrada nos diversos quartéis do EB de forma muitas vezes diferente, com enfoques e interpretações diferentes. Novos conhecimentos, atualizações de Técnicas, Táticas e Procedimentos, ou padronizações que o COTER determinar à instrução serão melhor aplicadas e fiscalizadas, uma vez que o controle estaria mais centralizado. As OM que pertencem à mesma Grande Unidade, por exemplo, poderiam ter seu emprego conjunto facilitado por possíveis padronizações feitas no seu âmbito, ainda na fase da formação.

Além disso, ter equipes de instrução destinadas só para a formação de soldados, ou pelo menos na maior parte do ano, poderia ser benéfico para a especialização desse pessoal na atividade de instrução, como instrutores, monitores e auxiliares especialistas nas suas respectivas áreas. O mister de passar o conhecimento aos instruendos, da forma mais eficaz possível, não é algo trivial, requer técnica e preparo, tanto na parte de conhecimentos específicos do assunto a ser ministrado, como nos métodos pedagógicos mais eficazes. Isso é algo que as Escolas de Formação do EB já aprenderam há muito tempo e praticam, dedicando cargos de instrutores que exercem essa função como sua principal ao longo do seu tempo de nomeação, equipes de seção técnica de ensino e de psicopedagogia, entre outras ferramentas de suporte ao ensino que ajudam a aprimorar a qualidade da instrução.

Estruturas voltadas especificamente para o ensino e formação já existem nos corpos de tropas e são paradigma de sucesso. Núcleos de Preparação de Oficiais

da Reserva (NPOR), e OM responsáveis por Cursos de Formação de Sargentos anualmente formam militares nas suas áreas, encaixadas dentro do organograma de uma OM operacional comum. Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e os Centros de Instrução das diversas especialidades ministram diversos cursos ao longo do ano, como OM destinadas especialmente para o ensino, e também são exemplos consagrados de boa formação de quadros. Replicar estrutura parecida a esses modelos nos Centros ou Núcleos de Formação de Soldados poderia trazer os benefícios já consolidados na doutrina também à formação dos nossos recrutas.

O maior efeito seria produzido, provalvemente, em Guarnições grandes e com muitos quartéis, como Rio de Janeiro ou Brasília. Nesses lugares, as mesmas instruções são ministradas diversas vezes em todos os quartéis (e inclusive em quartéis vizinhos uns aos outros), na mesma época do ano. Como já afirmado, o programa de instrução da IIB é o mesmo para todos os recrutas dentro da mesma área, sob as diretrizes do mesmo C Mil A. Técnicas de camuflagem, por exemplo, devem ser ensinadas do mesmo modo nos quartéis, tendo os mesmos objetivos individuais de instrução. Essa padronização natural do sistema favorece a centralização da instrução.

Ademais, a centralização poderia trazer mais eficiência, tanto administrativamente, como na aplicação dos recursos destinados à instrução. Replicar a mesma estrutura de ensino e as mesmas instruções em múltiplas OM, principalmente na mesma Guarnição, é redundante, gerando desperdícios e ineficiência. A centralização, por outro lado, cria uma estrutura única especializada que forma muito mais militares ao mesmo tempo, e mais de uma vez por ano se for conveniente. Pode otimizar processos e, especialmente, recursos financeiros, pois não seria necessário descentralizar créditos orçamentários para inúmeras OM, pulverizando os recursos destinados à IIB. Os recursos seriam mais canalizados para os mesmo gestores dos Centros de Formação, os quais poderiam aplicá-los e fiscalizar sua execução de forma mais fácil.

Nos anos de 2012 e 2013, foi implementado um Projeto Piloto, fruto de sugestão do COTER e à título de experimentação, de Núcleos de Formação de Reservistas nas seguintes OM da 9ª Bda Inf Mtz: o 57º BIMtz (Es), o 15º RCMec (Es) e o BEsCom. Essas Unidades assumiram a formação da IIB de todas as OM da

9ª Bda Inf Mtz, sediadas na cidade do Rio de Janeiro-RJ e região metropolitana, retornando os recrutas para seus quartéis de origem após a IIB, nos casos em que as OM não dispunham de meios para formar Sd de QM diversas das suas orgânicas. O novo processo de formação teve reflexos positivos já em 2012, segundo SCHNEIDER (2014, p. 33), pois “o aumento da capacidade de renovação dos Cb/Sd, propiciado pelos NFR, permitiu que os efetivos se mantivessem completos nas OM em qualquer fase do ano”. Estas puderam contar com seus efetivos sempre qualificados, o que refletiu na prática ao serem empregadas em missão real, gerando melhoria na capacidade operacional.

Ainda, segundo SCHNEIDER, as instalações nas demais OM, que antes eram destinadas às instruções de recrutas, estavam ociosas, o que foi utilizado em proveito do EP para o adestramento e preparo para a missão.

No ano de 2013, repetiu-se o processo, quando foi observado que “a 1ª Subchefia do COTER pôde direcionar recursos específicos para a instrução, desde que previamente planejados, possibilitando a aquisição de meios de instrução, material diverso de expediente, material permanente, entre outros” (idem, p. 34). A execução do acampamento da IIB foi centralizada, distribuindo as missões de organização e apoio entre as OM da Bda. Isso contribuiu para um melhor preparo das oficinas de instrução e um apoio logístico mais eficiente, maior disponibilidade de material e pessoal para as atividades, e um médico presente em todas as instruções. Como afirma SCHNEIDER, a experimentação foi aprovada, sugerindo a replicação, com melhorias pontuais, em outras Grandes Unidades.

Por fim, visando analisar melhor a opinião dos militares selecionados para executar o questionário, foi aberto espaço para considerações livres que os militares porventura quisessem fazer a respeito do objeto de estudo. Entre as respostas, destacam-se as seguintes:

a) “A criação de grandes Centros de Formação de Soldados nas “Regiões Militares” traria ganhos de grande complexidade para o nosso Exército, uma vez que poderíamos contar com a padronização nos ensinamentos básicos e da qualificação dentro das especialidades por um núcleo de instrutores experientes e focados nessa atribuição, como ocorre nas escolas de formação (ESA/AMAN/CPOR). Por merecimento, dentro de suas classificações, o soldado

"voluntário", se tiver interesse, pode ser movimentado para as diversas guarnições subordinadas, engajando de acordo com as vagas nas especialidades das QMs nas OMs. Essa medida, valorizaria sobremaneira a formação e o emprego dos nossos soldados perante o Exército e a Sociedade, além de trazer uma reforma necessária dos claros/vagas das QMs e privilegiar as OMs com apenas o Efetivo Profissional para focar no adestramento do NB e atividades de natureza administrativa”

b) “Considero que dissociar a formação do Sd EV das OM operacional é retirar parte da finalidade de uma OM, além de prejudicar muito a formação do Espírito de corpo das frações que é construído ao longo das atividades desenvolvidas”.

O último comentário é interessante pois reflete opinião no sentido do prejuízo no espírito de corpo das frações, já que os recrutas não seriam formados em suas OM de origem, passando essa importante fase longe de seus comandantes imediatos. Apesar de preocupação pertinente, este estudo não considera essa possibilidade como um óbice do modelo proposto. Haveria bastante tempo para integrar os novos recrutas em suas frações e aprimorar sua coesão e espírito de corpo ao longo do ano, o que seria concluído nos exercícios de adestramento previstos para a fase final do Ano de Instrução.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito dos objetivos desse trabalho, conclui-se que estes foram satisfatoriamente atendidos, para o nível de investigação que se pretendia realizar. Reuniram-se conhecimentos relevantes a respeito da proposta levantada, o que ajudou de sobremaneira a consolidar o entendimento, inclusive dos militares participantes da pesquisa, sobre a proposta de criação de Centros ou Núcleos de Formação de Soldados.

O instrumento de pesquisa levado a cabo e exposto neste trabalho obteve resultados expressivos quanto à opinião de militares experientes, no posto de capitão, favoráveis em sua maioria quanto à criação dos Centros de Formação.

Ficou constatada a opinião desses militares a respeito das desvantagens do atual modelo de instrução excessivamente descentralizado. As respostas convergiram para o parecer de que existem obstáculos relevantes ao nível

operacionalidade que se espera das OM do corpo de tropa, os quais não devem ser ignorados. A opinião majoritariamente expressada é de que o adestramento e as instruções de quadros não são devidamente priorizados, ficando em segundo plano quanto a outras missões e, especialmente, quanto à formação do EV.

A revisão de pesquisas a respeito do tema, da qual esta pesquisa teve acesso, entre outras fontes de informações discriminadas, conduzem ao entendimento favorável com relação à centralização da formação militar básica de soldados, o que pode trazer vantagens evidentes, tanto à qualidade da instrução militar dos combatentes, como ao adestramento das frações das OM operacionais. Experiências anteriores realizadas apontam para a viabilidade do projeto, com as devidas adaptações necessárias para as diferentes realidades e especificidades das regiões do Brasil.

Diante do contexto em que as Forças Armadas Brasileiras são constantemente chamadas para atuar em difíceis operações, dentro e fora do país, tropas de alto grau de prontidão não são opcionais, e sim obrigatórias. O modelo atual de instrução militar não parece favorecer essa necessidade, como apontado nesta pesquisa.

O combate do século XXI exige militares de excelente nível técnico, adaptados às evoluções tecnológicas, conscientes de suas responsabilidades e deveres, e preparados para combater no ambiente do amplo espectro, onde não se sabe quando nem qual será sua frente de atuação. Tal nível de combatente só é possível de se obter incrementando o nível das instruções e intensificando o adestramento das frações, as quais devem estar permanentemente preparadas para operar.

O Soldado é o principal recurso humano EB, sem o qual não há Força Militar. É imprescindível proporcionar a melhor formação possível para ele. A criação dos Centros de Formação de Soldados vai ao encontro dessas necessidades, conciliando, no contexto do SIMEB, a formação de reservistas com maior profissionalização dos quadros da tropa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rafael Cunha de. **Reflexos do Pensamento Militar Romano nas estruturas Militares Brasileiras: O Processo de Transformação do Exército e a Dissociação do Preparo e do Emprego no Escalão Brigada**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 1. Ed. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Eduardo Borba Neves, Clayton Amaral Domingues. - Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Nº 1.042, de 18 de agosto de 2017**. Plano Estratégico do Exército 2016-2019/3ª Edição. Boletim Especial do Exército. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>> Acesso em 14/03/2020.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Nº 099-EME, de 15 de outubro de 2003**. Boletim do Exército nº 43/2003. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>> Acesso em 14/03/2020.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Nº 147-COTER, de 3 de dezembro de 2018**. Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB). Boletim do Exército nº 50/2018. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>> Acesso em 14/03/2020.

CROCETI, Paulo Cezar. **O Exército Profissional e o Serviço de Conscrição: Os problemas de contencioso de pessoal e seus reflexos para a formação do soldado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2008.

LEWIS, Adrian R. **Conscription, the Republic, and America's Future**. Military Review, Novembro-Dezembro 2009, p.15-24. Disponível em <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20091231_art005.pdf> Acesso em 14/03/2020.

SCHNEIDER, Evandro Rodrigues. **A criação dos Centros de Formação de Reservistas como forma de aumentar a capacidade de pronta resposta da Força Terrestre**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Administração Militar) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2014.

STEWART JR., Walter L. **The All-Volunteer Army, Can We Still Claim Success**. Military Review, Julho-Agosto 2006, p.101-107. Disponível em <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20060831_art015.pdf> Acesso em 14/03/2020.